



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2016
3. REQ. N.º 1517/16, DATADO DE 2016/09/05 – PC N.º 431/14, DATADO DE 2014/12/10 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ
4. REQ. N.º 1621/16, DATADO DE 2016/09/23 – PC N.º 91/16, DATADO DE 2016/03/15 – REINADOS E PREDICADOS LDA
5. REQ. N.º 1503/16, DATADO DE 2016/09/02 – PC N.º 143/16, DATADO DE 2016/04/20 – FERNANDO LETRA LEANDRO
6. REQ. N.º 1802/15, DATADO DE 2015/12/02 – PC N.º 375/11, DATADO DE 2011/10/03 – ANIBAL ASCENSO ANDRE

7. REQ. N.º 840/16, DATADO DE 2016/05/20 – PC N.º 190/16, DATADO DE 2016/05/20 – RODRIGO ALVES LAVOS
8. REQ. N.º 1375/16, DATADO DE 2016/08/11 – PC N.º 848/03, DATADO DE 2014/10/07 – PETOOLS - COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS PARA INJEÇÃO, UNIPessoal LDA
9. REQ. N.º 1618/16, DATADO DE 2016/09/23 – PC N.º 339/14, DATADO DE 2014/10/07 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA E OUTROS
10. REQ. N.º 1467/16, DATADO DE 2016/08/26 – PC N.º 225/16, DATADO DE 2016/06/13 – CONSTANTINO JOSE ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
11. REQ. N.º 1235/16, DATADO DE 2016/07/19 – PC N.º 49/16, DATADO DE 2016/02/03 – SILVINA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS
12. REQ. N.º 1546/16, DATADO DE 2016/09/08 – PC N.º 232/16, DATADO DE 2016/06/15 – ANTÓNIO GASPAR
13. REQ. N.º 1654/16, DATADO DE 2016/09/29 – PC N.º 110/16, DATADO DE 2016/04/04 – SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.
14. REQ. N.º 682/13, DATADO DE 2013/05/07 – PC N.º 1479/99, DATADO DE 1999/11/30 – IOLANDA MAFALDA MADUREIRA NUNES RODRIGUES
15. E/7347/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
16. E/7329/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
17. E/7049/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GAS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
18. ALTERAÇÃO DA FÓRMULA CONSTANTE DO ARTIGO 127.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO, RESPEITANTE AO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA NÃO CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS
19. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

20. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA REDE PREDIAL DE ÁGUA - REQUERENTE: MARIA EUGÉNIA ROSA RUIVACO GUERRA - AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL.
21. PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 – REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE INQUÉRITO
22. ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VÁRIOS AUTOS DE OCORRÊNCIA DA GNR PARA CONHECIMENTO.
23. AGRAVAMENTO DAS TAXAS DE IMI.
24. ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
25. 20.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016
26. P.A. N.º 49/2016- AP/DISU - “ *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE*” PARA O PERÍODO DE 36 MESES. NÃO ADJUDICAÇÃO
27. P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – “*FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL*”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
28. P.A. N.º 59/2016-AP/DCD - “*SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2017*”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.
29. PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018
30. ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA A REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA GUILHERME STEPHENS
31. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 – Sr. Ambrósio Mourato de Sousa, residente na Rua Mestre José da Silva Roque, n.º 31, Picassinos, Marinha Grande, para falar sobre o ruído provocado por uma oficina de moldes situada junto da sua habitação.

O Sr. Ambrósio referiu que o assunto é antigo, já foi apresentado na Câmara e no Ministério da Economia, e dizem-lhe que a empresa já lá não está e não pode funcionar, mas a verdade é que está lá. A sua casa estremece, já lhe partiram o muro por diversas vezes, faz muito barulho e precisa de ter descanso, porque é uma pessoa reformada e que está em casa.

Terminou a sua intervenção exibindo a carta de resposta que a Câmara lhe enviou.

2 – Sr. João Encarnação Cruz, residente na Av.ª Vítor Gallo, n.º 9, 3.º O, Marinha Grande, para falar sobre o estado de conservação das árvores existentes no Parque Mártires do Colonialismo.

O Sr. Cruz referiu que no dia 29 de setembro andava no Parque com o neto, que estava a brincar com outra criança, quando viu cair junto deles uma braça de uma das árvores ali existentes, que, por pouco, não apanhava as crianças. Julga que há muito a fazer naquelas árvores, cujo estado não sabe se foi motivado pelas obras que ali decorrem e que as terá afetado. Na zona do parque infantil também há árvores com braças que poderão cair, pelo que é urgente que a situação seja vista.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

⇒ *Sr. Ambrósio – os ofícios que exibiu são de 1991 e 1994. Já tomei nota da empresa e irei mandar a fiscalização.*

⇒ *Sr. João Cruz – quando recebi o seu e-mail pedi ao funcionário para ir lá ver. Também já dei instruções à Proteção Civil, que tem um Eng.º silvicultor, para ir ver as condições das árvores, para se ver as medidas a tomar. Serão assinaladas as que precisam de corte de braças e as doentes serão abatidas.*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

- ⇒ *“Vou falar sobre a nomeação de António Guterres para Secretário-Geral da ONU, que é uma vitória pessoal e da diplomacia portuguesa, e para os valores humanos que a ONU representa. Penso que deveria ser elaborado um documento a enviar às entidades oficiais a enaltecer esta nomeação.*
- ⇒ *5 de outubro – o Presidente da República disse, no seu discurso, que os políticos devem ser um exemplo de humildade e de proximidade. Tomei nota e deve aqui ser tomada também como exemplo. Todos têm que se entender, e sinto vergonha quando não nos entendemos.*
Também quero uma política de proximidade, para que as pessoas da Marinha Grande possam ter um mercado, os moradores terem a Rua das Andorinhas.
A Zona Industrial continua a ser um polo para afastar os industriais, a piscina é uma miragem, não se vai fazer nada, estamos num beco sem saída. A Marinha Grande está parada, não tem obras.
- ⇒ *Sr.ª que vende tremoços em S. Pedro – a Sr.ª responsabiliza-se em manter a banca, e sei que a ACIMG também já fez este pedido.”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

- ⇒ *Vou referenciar a estrada que liga Picassinos à Albergaria para referir duas situações.*
A primeira é o cruzamento Rua da Lamarão com a Rua Augusto Costa, já por diversas vezes aqui falei deste cruzamento que é pródigo em acidentes todas as semanas. A situação deste cruzamento mantém-se igual. Questionei para quando a intervenção.
No seguimento desta rua, antes de começar a descer para a Albergaria, temos a Rua das Cavadas. Esta semana uma pessoa que ali caminhava caiu porque o passeio é curto e estava sujo dos figos de uma figueira que ali há e também tinha água com detergente. Sugiro que a Câmara tome providências sobre a figueira, que já ocupa parte da estrada, e que verifique se há realmente esgotos a correr para a estrada.
- ⇒ *Quero fazer uma declaração de interesses: apesar dos três pontos que eu vou abordar a seguir se referirem a equipamentos desportivos, o objeto da aquisição nada tem a ver a tipologia de produtos do ramo da minha atividade profissional.*
 - 1) *Reparação e manutenção do piso desportivo do Pavilhão Nery Capucho. Preço base e adjudicação: € 31.193,00*

Foi feito um ajuste direto – não sou fundamentalista sobre não realizar ajustes diretos, mas já tínhamos aqui definido que os ajustes diretos eram apenas para pequenos montantes. Mais liberdade, maior responsabilidade.

Porquê um ajuste direto num montante destes? Quantas empresas foram convidadas para responder a este ajuste direto? A resposta é: uma. Porque razão só convidaram uma empresa? Porque razão se convida apenas uma empresa, e sempre a mesma, quando se trata de equipamentos desportivos?

Neste processo, para justificar o preço base diz-se que “é o resultado da aplicação dos preços de mercado”. Tendo em conta esta informação, fui confirmar. Neste defeso foi feito um trabalho idêntico no Pavilhão da Embra. Ou seja, afagamento da madeira do chão, envernizamento e marcações das linhas de jogo. O trabalho de afagamento foi realizado por outra empresa e custou muito menos do que foi pago na Nery Capucho (cerca de metade). Basta que peçam essa informação ao Sporting Marinhense. Com o caderno de encargos da Nery Capucho pedi um orçamento a outra empresa especializada, e que faz exatamente os mesmos trabalhos que a empresa que o município da Marinha privilegia. Tenho aqui o valor que recebi, com cerca de 20% mais barato, ou seja, pagámos aproximadamente mais 6.000€.

2) Requalificação do pavilhão desportivo do Parque Municipal de Exposições (PME) – Orçamento Participativo 2015. Preço base: €141.214,01. Valor de adjudicação: € 141.213,91 (menos 0,10 € !!!!, quando os valores de adjudicação andam normalmente 20% abaixo do preço base)

Esta adjudicação foi feita no âmbito do Orçamento participativo de 2015. Então o valor destinado ao OP não é € 100.000,00? O regulamento do OP diz que todas as obras que excederem 100.000€ serão excluídas, e conheço alguns casos que foi esse o argumento que foi dado ao proponente para serem excluídos. Como aceitamos fazer uma obra no âmbito do OP no valor de 141.213,91€? É o total descredito no OP, e uma farsa como é concebido, tanto na seleção das propostas a concurso, como na escolha da proposta a realizar que devia ser uma obrigação da Câmara e não a proposta dum munícipe. Para além disso, os eleitos não podem votar, mas é lamentável que do gabinete do Sr. Presidente se faça campanha por uma das propostas.

Voltando à obra de requalificação do PME. Porquê um ajuste direto num montante destes? Quantas empresas foram convidadas para responder a este ajuste direto? A resposta é uma. Porque razão só convidaram uma empresa?

Neste processo, para justificar o preço base diz-se que “é o resultado da aplicação dos preços de mercado”. Tendo em conta esta informação, fui confirmar. Estão incluídos nesta empreitada trabalhos e fornecimentos no pavimento desportivo ali existente no montante de € 17. 378,78. De quem são os materiais considerados no caderno de encargos? A resposta é clara, da mesma empresa que fez a reparação da Nery Capucho. Porque razão se considera sempre a mesma empresa, quando se trata de equipamentos desportivos? A Câmara diz que está a aplicar preços de mercado, mas será que conhece mais algum fornecedor destes materiais? Posso confirmar que a Câmara tem um preço de pavimento desportivo 40% mais barato que aquele que foi agora adjudicado.

3) Reabilitação do campo sintético - Marinha Grande. Valor de adjudicação: € 73.111,12

Quem foi a empresa a quem foi adjudicado este trabalho? A resposta é a mesma a quem foi adjudicado o PME. Temos aqui trabalhos na área desportiva, como exemplo relva e borracha para o relvado. A quem acham que vai ser adjudicado?

Para que todos tenham conhecimento:

- Em 1 de Julho de 2011, o Presidente da Câmara de então, proferiu um despacho dizendo que o ajuste direto será em função do valor e nunca acima de € 15.000,00. O Sr. Presidente, não quer saber deste despacho e contorna-o, ou passa-lhe por cima.

- Sr. Presidente vamos agora fazer aqui um exercício. Eu era Presidente da Câmara e o senhor era um vereador da oposição. Ao saber que eu adjudicava sempre os equipamentos desportivos à mesma empresa e comprava mais caro que o existente no mercado, não achava que haveria algo de estranho?

- Á mulher de César não basta ser séria, tem de parecer, por isso proponho:

a) Não se façam mais ajustes diretos acima do valor estabelecido.

b) Qualquer que seja a obra, devem pedir-se sempre três orçamentos a empresas da especialidade. E mesmo para valores inferiores, para situações verdadeiramente urgentes (como exemplo a compra dum esquentador) devem pedir-se 3 orçamentos.

c) Exijo que o Sr. Presidente justifique porque motivo se convida uma, e uma só empresa, na área do desporto, com a condicionante de ser sempre a mesma. Se não tiver justificação, então indagar junto dos serviços, e em caso de dúvida, para evitar mais especulações, excluir essa empresa de ajustes diretos."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

⇒ *"Pergunta ao Presidente da Câmara: que prazo deu aos serviços para lhe apresentarem um relatório sobre a situação das árvores?"*

É da maior urgência, e sugiro que se faça uma vistoria a todas as árvores do Parque Mártires do Colonialismo, para que a autarquia não corra riscos.

⇒ *Parabéns ao Carlos e André Barros, pelo vídeo do concelho, que está interessantíssimo e que foi encomendado quando eu era Vereadora.*

⇒ *Parabéns à Junta de Freguesia da Marinha Grande, por mais uma edição da Feira do Livro.*

⇒ *Parabéns aos Bombeiros, pelo desfile de fanfarras.*

Sugiro à Câmara que seja feito um busto de homenagem ao Bombeiro, para dar um exemplo às crianças e porque é um justo reconhecimento da autarquia pelo trabalho dos Bombeiros.

⇒ *Parabéns ao Clube Desportivo de Casal Galego.*

⇒ *Parabéns à Escola Guilherme Stephens, pelos 20 anos do projecto Ecoescolas.*

⇒ *Parabéns ao Núcleo do Sporting, porque todo o tipo de associativismo é sempre bem-vindo na nossa terra.*

⇒ Perguntas:

- *Pavimentação da estrada da Garcia – um dos lados não tem gás e outras infraestruturas. Já tem, ou vai-se primeiro pavimentar e depois é que se vai infraestruturar?*
- *Massa asfáltica para a Junta – a Presidente está preocupada.*
- *Canil municipal – é uma necessidade, a APAMG já me abordou, pergunto: para quando a sua abertura?*
- *Quais as propostas para o projeto Street Art? São muitas?*
- *A Sr.ª Vereadora vai publicitar o jogo a realizar no nosso Estádio, entre Portugal e Itália? É importante e não está nada publicitado.*
- *Parabéns a António Guterres, é uma boa notícia para a lusofonia, para Portugal e para as Nações Unidas.”*

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes, e em especial o público, e disse o seguinte:

“Não há intenção de termos revisão ao orçamento nem de termos orçamento para 2017. Há obras para fazer mas não há intenção, nem nunca houve intenção para tal. O que o António Santos disse é inteiramente verdade. Apesar das reuniões propostas e aceites, sabia-se que não havia intenção de fazer a revisão. Já falhámos 4 candidaturas e corremos sérios riscos de perder o quinto prazo, que termina no fim deste mês de outubro, o que é da inteira responsabilidade de quem não criou condições para haver orçamento. A primeira candidatura era de fevereiro e a verba deveria ter sido aprovada em março. O Presidente ilegalmente não executa as deliberações desta Câmara. As minhas propostas, aprovadas, ainda não tiveram resposta. Temos sido demasiado brandos com a Câmara. Se até agora achava que era a mentora do Presidente, a Dr.ª Tereza Coelho, hoje acredito que pode haver intenção de quem governa a Câmara e eventualmente responsabilidades criminais na má utilização dos dinheiros públicos. Já desbaratámos mais de 5 milhões de euros. Exemplo: o Edifício da Resinagem, que tem problemas na obra e não foram corrigidos. A quem pedir responsabilidades? Ao Presidente Paulo Vicente e à sua equipa. Processos em Tribunais: perdemo-los todos. Quantos inquéritos para apurar responsabilidades? Zero. Ajustes diretos: deviam ser criteriosos. Pagamos cinco vezes mais nos projetos. Convites: sempre aos mesmos. Exemplo: o acesso sul da Zona Industrial tem um preço base de 2 milhões e meio de euros por Km, superior ao preço da mais cara auto-estrada do país. Quem dirige as divisões? É o Presidente Paulo Vicente e a Tereza Coelho, esta há mais de 20 anos, com um interregno de 4 anos. Acredito que é preciso fazer um grande inquérito à Câmara, uma sindicância, porque há fortes indícios de má utilização dos dinheiros públicos.

Farei de tudo para isso, e de terça-feira a oito irei convidar a imprensa para uma conferência aqui na Câmara, em espaço a determinar, porque acho que há matéria para investigar, para se ver o que tem sido o descalabro desta Câmara.

Quando da apresentação das contas de 2015, a auditoria disse que o Presidente da Câmara teria ultrapassado os limites legais nos ajustes diretos. O GAP forçou o Presidente para que ele forçasse a auditoria a não escrever isso no relatório.

Casa de S. Pedro – só depois de um ano de se ver que a Câmara cometeu uma brutalidade é que hoje vem aqui a abertura de um inquérito.

Não basta cumprir a lei. Não compreendo que haja familiares diretos de pessoas daqui de dentro envolvidos em negócios imobiliários, e estou a falar do marido da Dr.^a Tereza Coelho. É ilegal? Não, mas é imoral. É necessário levar isto às últimas consequências. Estarei na linha da frente para este combate.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

⇒ *“Sobre a intervenção do António Santos – ou ele não tem andado por cá ou tem andado distraído.*

A questão não é de entendimento, é de se fazer as coisas que são corretas e certas. Esta questão do entendimento tem sido passada para a opinião pública, mas não é isso que está em causa. As questões aqui colocadas vêm na ordem daquilo que a CDU levantou aquando da resinagem, em que pedimos que as autoridades averiguassem, e verificaram não haver indícios de crime. Esta questão levantou até alguns atritos na coligação com o PS. Tínhamos dúvidas e colocámo-las onde deviam ser colocadas.

⇒ *O Vereador Aurélio fez um bom trabalho, mas isto tem sido levantado nas reuniões que têm ocorrido, que são tão importantes que hoje chegámos a estas conclusões. E daquilo que o Vereador Aurélio apurou no que diz respeito ao desporto cheira muito mal.*

⇒ *Não sei até que ponto as afirmações do Logrado correspondem à verdade, mas têm que ser analisadas e ponderadas, porque não as deve ter feito de ânimo leve.*

⇒ *Todos têm o direito de criticar os políticos, mas nós também temos que criticar outras entidades, e a CDU tem que criticar a imprensa local.*

Na última reunião disse que a CDU ia retirar a sua proposta para a revisão ao orçamento, e a comunicação social não disse nada, foi zero a informação, foi como se os eleitos da CDU não existissem. O Editorial do Jornal da Marinha Grande de hoje até diz que não são partidários, mas as empresas de moldes e a semana dos moldes foram tratadas de uma forma péssima, na última página. O Jornal da Marinha Grande devia apoiar a nossa terra, a sua indústria, mas não. Não há entrevistas, não há fotos, foi um trabalho de secretária. É uma crítica que tenho que fazer. O seu trabalho não é nem isento nem de qualidade para com os munícipes e a Marinha Grande.

- ⇒ *Estuarino – preocupa-me não haver andamento, agora que o Governo é do PS. A situação não dignifica a Marinha Grande e a Praia da Vieira.*
- ⇒ *Muro no meio da estrada e passeio degradado, na Guarda Nova – já aqui falei e continua na mesma.*
- ⇒ *Intervenção dos municípios – deve merecer a preocupação do Presidente, designadamente as árvores, que devem ser vistoriadas, assim como a oficina de moldes que prejudica a qualidade de vida do Sr. Ambrósio.*
- ⇒ *Apesar de todas as críticas, os eleitos da CDU vão continuar o seu trabalho e fazer todos os esforços para que se encontre uma solução para a revisão orçamental, embora por vezes seja necessário parar um pouco para pensar e depois recomeçar. É assim na vida e também nas empresas e aqui na Câmara.”*

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:

*“Pode não ser um discurso político mas é um discurso sentido.
Há muito tempo que me sinto desiludida com as reuniões de Câmara, que deixaram de ser reuniões de trabalho e de discussão da ordem de trabalhos para serem ataques pessoais, de discursos que vêm de fora para dentro, questões antigas que deveriam ter sido resolvidas em altura própria. As pessoas aqui faladas merecem-me muito respeito.
Valorizo as palavras do Vereador António Santos. Devemos ser humildes nas atitudes e sérios. A palavra humildade tem sido erradicada de algumas das reuniões. O tempo que aqui passamos é dedicado aos municípios e de continuidade dos que aqui estiveram antes. Lamento que as iniciativas da Câmara não sejam valorizadas e que não estejam todos unidos no mesmo trabalho. Há ataques cerrados ao trabalho feito antes na Câmara e ao que está a ser feito agora.
O Sr. Presidente irá falar sobre o assunto, mas não há problemas na Câmara em ser auditada. Estamos todos cá para verificar as dúvidas sobre as verbas, não temos razão para duvidar de ninguém nem devem ter dúvidas de que se irá avaliar.
Sobre todo o trabalho realizado na Câmara e os acordos e desacordos, cada um deve fazer o seu ato de contrição, porque as culpas poderão ser de todos.
Os 2 eleitos do PS têm feito todos os esforços no sentido de conciliar os interesses dos representantes dos vários partidos e também de todos os municípios, porque senão não estaríamos aqui e sujeitos a esta humilhação permanente. Queremos levar a cabo o mandato que o povo nos conferiu. Tentámos um acordo com todos. Primeiro com a CDU, não resultou, mas estamos dispostos a trabalhar com todos.
Fizemos um acordo com o + Concelho, mas não resultou, porque há coisas que não funcionaram, porque a negociação é dos dois lados, não podemos estar sujeitos à vontade de uma parte.
Seguimos um método de trabalho aceite por todos, é assim que se está a trabalhar.
Os centros escolares foram retirados das modificações para um outro bem, que é a aprovação doutras propostas.*

Temos que pensar nisso, queremos que sejam propostas aceites por todos. Este tipo de discussão não leva a nada. Devemos ter consciência do bem maior que é a nossa terra, deixarmo-nos destas coisas e continuar a trabalhar.

Obrigado ao Vereador António Santos pelas tuas palavras e pela vontade em fazer funcionar. Aos restantes agradeço a presença nas reuniões."

O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu a palavra, para intervir em defesa da honra, tendo o Sr. Presidente concedido 3 minutos. Disse o seguinte:

"A Cidália sabe quanto a aprecio pessoalmente. Peço-lhe que nunca mais ponha em causa o que disse logo no início, a seriedade.

Já por duas vezes falou aqui em seriedade, e depois dá a sua interpretação. Na seriedade das nossas atividades públicas é preciso ter particular cuidado, porque isso fere-me. Seriedade é outra coisa, é dizer porque é que a Cidália está aqui a meio tempo se está aqui a tempo inteiro. Isto é que é seriedade pública. Porque é que se mantém na CPCJ, contra a lei? Porquê? Isso é que é seriedade pública. Não basta fazer autos de fé, seriedade é dizer que uma cantina aqui custa 300 mil euros, 400 mil euros apenas para o interior da creche da IVIMA, porque é que se está a pagar três vezes mais para recuperar o pavimento do pavilhão. Seriedade é isto.

A palavra tem que ser usada com critério. Já bastam os ataques feitos nas redes sociais a coberto do anonimato. Se se dirige a mim diga, para que me possa defender."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho também pediu para intervir em defesa da honra. Disse o seguinte:

"Também me sinto com a expressão "sujeita a esta humilhação permanente".

A Sr.ª Vereadora quer pôr em causa o funcionamento da democracia, ao poder vir aqui nesta mesa fazer as críticas. A Sr.ª vá para casa, porque nem foi eleita. Vir para aqui falar de nós que fomos eleitos e estamos aqui a fazer o que a população quer quando nos eleger. Ato de contrição faça a Sr.ª. Isto é a vitimização total. Falou como dirigente do PS."

O Sr. Vereador Vítor Pereira também usou da palavra em defesa da honra. Disse o seguinte:

"Temos que ter cuidado com o que falamos. Também fiquei magoado com a questão da seriedade. Se o executivo permanente não concorda com as afirmações contundentes do Logrado e do Aurélio, defenda-se, não pode é dizer que as pessoas não são sérias.

O tipo de discussão que tem sido feito nestas reuniões é muito positivo porque levantou muitos dos problemas aqui abordados. É o funcionamento da democracia.

Os marinhenses querem o quê? Que se continue como está ou que se pondere na discussão das coisas? Com certeza que é esta última. Agora não se pode cair no insulto fácil, porque há aqui coisas a esclarecer e os munícipes assim o exigem."

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira usou igualmente da palavra em defesa da honra. Disse o seguinte:

“Vejo-me na obrigação de fazer esta intervenção.

Tenho a certeza absoluta de que a Vereadora quando falou em seriedade não estava a falar de mim.

Não é este ambiente de discussão que gosta, não quer vir para discussões destas, temos diferenças de opinião e conceitos de organização diferentes, e o meu, para esta casa, é diferente.

Faço tudo com factos, não generalizo, e aquilo que expus foram factos, e contra factos que haja argumentos.

A bem do povo da Marinha Grande tenho que trazer aqui os factos e é isso que faço e que fiz.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:

“Quero explicar que não tenho qualquer dúvida sobre a seriedade das pessoas sentadas a esta mesa. A utilização da palavra seriedade foi no sentido de sermos sérios naquilo que estamos aqui a fazer. Não me referi a qualquer dos factos apontados, porque se há dúvidas têm que ser verificadas as situações e aqui é o local próprio para o fazer. A palavra seriedade não foi como sentido de ofender, e não foi de todo a minha intenção ofender alguém.”

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

⇒ *“O sentido das palavras fica com quem as profere.*

A Vereadora Cidália está aqui por direito próprio, são assim as regras legais.

As reuniões que temos tido para a elaboração da revisão ao orçamento, já que as anteriores não resultaram, são demoradas, e quem acusa se calhar é quem provoca essa demora, é o Vereador Logrado, mas não há qualquer problema em esclarecer todas as dúvidas que coloca.

⇒ *Banca dos tremoços – até certa altura as bancas ficavam na praça, e com as investidas do mar todo o equipamento é arrastado, pelo que no final da época é retirado, assim como as floreiras, para salvaguardar as envolventes e os próprios equipamentos.*

⇒ *Parque Mártires – tal como já informei, o Eng.º irá marcar as árvores, para se proceder ao seu tratamento.*

⇒ *Questões do Vereador Aurélio – anotei e irei remeter ao gestor do procedimento para lhe responder.*

⇒ *Pavimento da estrada da Garcia – na maioria as pavimentações são feitas onde já há infraestruturas, mas em algumas situações, mesmo sem infraestruturas, está a ser posto pavimento porque agora não há condições para pôr as infraestruturas.*

⇒ *Massa para a Junta – já respondi. Na revisão está consignada verba para este ano e para o ano que vem, bem como o apoio para o edifício da Junta.*

- ⇒ *Canil – estamos a ultimar os procedimentos de limpeza do terreno, já houve uma reunião com a APAMG e ainda vai ser aberto este ano.*
- ⇒ *Street Art – não sei quantos concorreram porque ainda não tenho essa informação (A Sr.ª Vereadora Cidália disse que também não tem essa informação).*
- ⇒ *Vereador Logrado – fez afirmações que só a si o responsabilizam, e pôs em causa a seriedade de algumas pessoas. Sobre a sindicância o Sr. fará a proposta.*

O Sr. Vereador Carlos Logrado interrompeu e disse o seguinte:

“A minha proposta era que o Presidente a solicitasse aos organismos legais para o fazerem. Aceita ou não?”

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

“Vou ponderar e respondo-lhe depois.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse o seguinte:

“Quero que fique bem claro que a minha proposta é que o Presidente a faça.”

O Sr. Vereador António Santos disse o seguinte:

“Nunca tive o impulso para sair da sala, permaneci firme e hirto, porque aquilo que quero e que o povo quer é obra. Quando entender que não estou cá vou-me embora. Agora estou em respeito pelas pessoas que votaram em mim, sempre sentado e a ouvir tudo. A Marinha Grande tem que ter obra feita para seu benefício.”

O Sr. Presidente prosseguiu respondendo às questões colocadas:

- ⇒ *“Pegando nas suas palavras, estamos a gerar consensos, desde que cada um não queira só fazer prevalecer a sua própria opinião. Numa negociação cada um põe as suas propostas, e nós estamos de peito aberto para aceitar as vossas propostas e ninguém impõe as suas ideias.*
- ⇒ *Estuarino – houve uma reunião como Presidente da APA, e já dei instruções aos serviços para verem o problema.*
- ⇒ *Muro e passeio – o passeio continua e o que está ali é uma gare de estacionamento. Em relação ao alinhamento já falei com os calceteiros para repararem a calçada.*
- ⇒ *Penso já ter respondido a todas as questões que tinha que responder. Os juízos de valor que cada um faz só responsabiliza os próprios e não tenho que me pronunciar.”*

O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu para intervir novamente em defesa da honra. Disse o seguinte:

“O Presidente acusa-me. Todos sabem que o Vítor e o Aurélio quiseram abandonar a reunião e eu abandonei-a mesmo. O que acontece sobre impor vontades tem que ser imputado ao Sr. Presidente. A minha saída da reunião deve-se exclusivamente e unicamente

ao Sr. Presidente, que de forma habilidosa quis impor a sua vontade. Cedi sempre, em nenhum caso pus como condição impor o meu modo, que apresentei sempre. No caso do mercado não impus nada, mas não aceitei que o Presidente Paulo Vicente quisesse impor a sua vontade.

Depois do jantar o assunto sobre o mercado não foi retomado, até que eu pedi ao Presidente para voltar a esse assunto e o Presidente disse que já tinha sido discutido. O Vereador Santos também queria discuti-lo.

A metodologia a meio da reunião foi alterada. A responsabilidade tem nome – Paulo Vicente, que não sabe dirigir reuniões, não impõe metodologia, não impõe ordem.”

O Sr. Presidente disse o seguinte:

“O Sr. abandonou a sala apesar de ser instado a continuar. A questão do mercado tinha sido encerrada antes do jantar.”

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** protestou e seguiu-se uma troca de palavras com o **Sr. Presidente**, que depois deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:30 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de entrar na ordem do dia o Sr. Presidente informou o seguinte sobre o processo do Sr. Artur de Oliveira:

“Na sequência da deliberação para interpor recurso, reuni no dia 28/09/2016 com o Sr. Artur de Oliveira e esposa, o novo mandatário, Dr. José Carlos de Brito Camacho, e o Dr. Victor Faria e Dr. Bruno Jorge.

Informei o Sr. Artur de Oliveira da deliberação da Câmara.

O representante informou logo que, em princípio, iriam recorrer da sentença. Para um possível acordo, o mandatário propôs que em vez de 2 lotes de 2.100 m2 fosse um só lote de 4.200 m2, e se na cláusula da escritura poderia ter um ónus de mais anos.

Ficou de fazer essa proposta ao Dr. Victor Faria, o que ainda não fez.

Disse aos nossos advogados para interporem recurso. Eles interpuseram também.”

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2016

Presente a ata n.º 23, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 01 de setembro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Em face das questões colocadas pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, o Sr. Presidente retirou o documento, para que sejam incluídas as intervenções do Presidente.

Durante a discussão o **Sr. Vereador Carlos Logrado** protestou por não constarem nas atas tudo aquilo que de importante é dito, tendo defendido a gravação das reuniões, que na sua opinião se justifica cada vez mais, e que sempre defendeu e continua a defender. Recomendou que, à semelhança do que se passa noutros municípios, as reuniões sejam gravadas e que as gravações sirvam de suporte à elaboração das atas.

O **Sr. Presidente** questionou se é uma proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é uma sugestão para que o Sr. Presidente tome essa iniciativa.

O **Sr. Presidente** lembrou que isso representa uma alteração ao Regimento.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou aos restantes Vereadores se estão disponíveis para apresentarem uma proposta conjunta de alteração ao Regimento, tendo estado todos de acordo. Assim, pediu ao Sr. Presidente que diligencie para que seja feito o suporte jurídico da proposta.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que está disponível para analisar a proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não foi isso que pediu, mas sim se estava disponível para apresentar uma proposta conjunta.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que em determinada altura defendia a gravação das reuniões, mas que depois alterou esta posição porque houve uma situação em que foram colocados na praça pública documentos de ordem pessoal. Não tem qualquer problema em voltar a alterar a posição, apenas pretende pensar um pouco e ver quais os argumentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que divide as reuniões em 3 partes: a intervenção do público, o período de antes da ordem do dia, em que cada um diz o que pensa, e a 3.ª parte, das deliberações. Considera esta 3.ª parte a menos importante e uma parte que é cada vez mais de quem exerce os pelouros.

Entende que os Vereadores não estão aqui apenas numa função fiscalizadora, como no passado, e que todos os municípios fizeram este caminho e não têm medo de divulgar as suas reuniões.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

3 - REQ. N.º 1517/16, DATADO DE 2016/09/05 – PC N.º 431/14, DATADO DE 2014/12/10 – JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ

594 - Presente requerimento n.º 1517/16, registado a 2016/09/05, do processo camarário n.º 431/14, de 2014/12/10, referente a pedido de **licenciamento de alteração** ao projeto licenciado na reunião da Câmara Municipal de 2016/03/03, relativo à **obra de construção de moradia e muro** no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 5996, apresentado por **JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ**, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, Souto da Carpalhosa, Município de Leiria.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção, com o n.º A005814.2015.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para a construção de moradia.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/09/27, que atesta estar a componente arquitetura apta para aprovação.

Presente parecer técnico, datado de 2016/09/28, que atesta encontrar-se o processo em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do requerimento n.º 1517/16, registado a 2016/09/05, do processo camarário n.º 431/14, de 2014/12/10, referente a pedido de licenciamento de alteração ao projeto licenciado na reunião da Câmara Municipal de 2016/03/03, relativo à obra de construção de moradia e muro no prédio sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 540 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 5996, apresentado por JERÓNIMO FERNANDES TOMÉ, com o NIF 189409398, residente na Rua de Leiria, n.º 35 – r/c, Várzeas, Souto da Carpalhosa, Município de Leiria, análise da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção, com o n.º A005814.2015.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para a construção de moradia, bem como dos pareceres técnicos datados de 2016/09/27 e 2016/09/28, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

4- Deverá assegurar passeio com 1,50 m de largura, pavimentado em calçada de calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.

5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1621/16, DATADO DE 2016/09/23 – PC N.º 91/16, DATADO DE 2016/03/15 – REINADOS E PREDICADOS LDA

595 - Presente pedido com o registo n.º 1621/16, datado de 23/09/2016 relativo a **licenciamento de obras de alteração**, a realizar no edifício sito na Praça Stephens e rua Machado dos Santos, 2,4,6 e 8, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20175 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20042-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 91/16, com data de entrada de 15/03/2016, para **instalação de uma unidade de alojamento local (Hostel), comércio e serviços**, apresentado por REINADOS E PREDICADOS LDA, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 31/03/2016;

Presente parecer favorável da Direção Geral de Cultura do Centro, condicionado à alteração da tipologia dos vãos, que deverão contemplar caixilhos, assim como a substituição das portas em chapa por portas de madeira, devendo todos estes elementos ser pintados com tintas mate ou semi-mate;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente aditamento ao projeto de arquitetura contemplando os condicionalismos expressos pela DGCC;

Presente informação técnica, datada de 28/09/2016, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites;

Presente informação técnica, datada de 30/09/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração, a realizar no edifício sito na Praça Stephens e rua Machado dos Santos, 2,4,6 e 8, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20175 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20042-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 91/16, com data de entrada de 15/03/2016, para instalação de uma unidade de alojamento local (Hostel), comércio e serviços, apresentado por REINADOS E PREDICADOS LDA, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1503/16, DATADO DE 2016/09/02 – PC N.º 143/16, DATADO DE 2016/04/20 – FERNANDO LETRA LEANDRO

596 - Presente requerimento n.º 1503/16, datado de 2016/09/02, constante do processo camarário n.º 143/16, subscrito por FERNANDO LETRA LEANDRO, com o NIF n.º 156496593, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 44-A, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização de Ampliação de Edifício de Habitação Unifamiliar”* existente, incluindo a sua alteração, localizado num prédio sito na rua de São Pedro, n.º 7, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 300, e inscrito na matriz sob o artigo número 3445, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara datada de 2016/05/12.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/09/16, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/09/27, referente às alterações apresentadas em aditamento ao projeto de arquitetura anteriormente aprovado.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Legalização de Ampliação de Edifício de Habitação Unifamiliar”* existente, incluindo a sua alteração, localizado num prédio sito na rua de São Pedro, n.º 7, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 300, e inscrito na matriz sob o artigo número 3445, com o número de processo 143/16, com data de entrada em 2016/04/20, apresentado por FERNANDO LETRA LEANDRO, com o NIF n.º 156496593, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 44-A, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
3. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.
4. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1802/15, DATADO DE 2015/12/02 – PC N.º 375/11, DATADO DE 2011/10/03 – ANIBAL ASCENSO ANDRE

597 - Após análise do processo, considerando os pareceres técnicos que recaíram sobre o mesmo, elabora-se a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo camarário n.º 375/11, registado em 2011/10/03, referente a pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação da moradia e licenciamento da obra de construção de muro, no prédio sito na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1856 e na matriz predial mista sob os artigos urbanos n.º 2817 e n.º 3393 e sob o artigo rústico n.º 276, apresentado por ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ, com o NIF 136674941, residente na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo em reunião de câmara de 2014/10/30.

Do prédio com 4450 m2 serão cedidos ao domínio público 84,00 m2 para alargamento da faixa de rodagem e execução de passeio, passando o prédio a ter a área de 4366 m2.

Presentes projetos das especialidades acompanhados dos termos de responsabilidade a que se refere o artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2015/11/06, que atesta encontrar-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Presente parecer técnico datado de 2016/01/13, que atesta encontrar-se assegurado o condicionalismo de aprovação da componente arquitetura.

Após análise processo camarário n.º 375/11, registado em 2011/10/03, referente a pedido de licenciamento de obras de alteração e de ampliação da moradia e licenciamento da obra de construção de muro, no prédio sito na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1856 e na matriz predial mista sob os artigos urbanos n.º 2817 e n.º 3393 e sob o artigo rústico n.º 276, apresentado por ANÍBAL ASCENSO ANDRÉ, com o NIF 136674941, residente na Rua da Cerca, n.º 7, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/11/06 e de 2016/01/13, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Delibera ACEITAR a cedência para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 84,00 m2 para passeio. Após a cedência o prédio com a área inicial de 4.450,00 m2, ficará com a área de 4.366,00 m2.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

4- Deverá assegurar passeio, pavimentado em blocos de betão com as dimensões de 0,10m x 0,20 m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15 m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura de face).

5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

6- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 84,00 m2 do prédio objeto do pedido.

7- Por se tratar de ocupação de habitação, cujo edifício apresta profundidade superior a 30m, medida a partir da sua fachada fronteiria ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de 63 m2 para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como a Taxa Urbanização nos termos do n.º 1 do artigo 122º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 840/16, DATADO DE 2016/05/20 – PC N.º 190/16, DATADO DE 2016/05/20 – RODRIGO ALVES LAVOS

598 - Presente pedido com o registo n.º 840/16, datado de 20/05/2016 relativo a **legalização de alterações** num edifício sito na rua Principal, n.º 95, Pilado, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19996-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 190/16, com data de entrada de 20/05/2016, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF 125 883 120, residente na rua Principal, n.º 95, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 28/09/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de

setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações num edifício sito na rua Principal, n.º 95, Pilado, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19996-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 190/16, com data de entrada de 20/05/2016, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF 125 883 120, residente na rua Principal, n.º 95, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1375/16, DATADO DE 2016/08/11 – PC N.º 848/03, DATADO DE 2014/10/07 – PETOOLS - COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS PARA INJEÇÃO, UNIPessoal LDA

599 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1375/16, datado de 11/08/2016, em nome de PETOOLS – COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS PARA INJEÇÃO, UNIPessoal, Lda, com o NIPC 505 644 860, com sede na estrada de Picassinos, 75, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a **concessão de licença especial para acabamentos**, pelo prazo de 12 meses, do edifício destinado a indústria, sito no lugar de Vale de Picassinos, da mesma freguesia e concelho.

Presentes parecer jurídico datado de 20-09-2016, informação dos Serviços de Fiscalização, datada de 27/09/2016 e informação técnica datada de 28/09/2016.

A Câmara Municipal analisou o referido pedido, assim como o parecer jurídico, a informação da fiscalização e o parecer técnico referidos e considerando que:

- A situação em apreço enquadra-se no n.º 3 do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro;
- Este regime permite a concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, quando as mesmas tenham atingido um estado avançado de execução mas a respetiva licença ou comunicação prévia haja caducado ou quando a Câmara Municipal reconheça o

interesse na sua conclusão e a demolição, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas seja desaconselhável – n.º 1 e n.º 3 do artigo 88.º;

- Ponderado o contexto em que a obra se desenvolveu – dificuldades económicas da anterior titular do processo e conjuntura de crise do país, aquisição do imóvel por terceiro, com as obras inacabadas;

- Permitir que uma obra, como é o caso, em avançado estado de execução seja terminada vai ao encontro das políticas legislativas de incremento das atividades económicas;

- Essa finalidade revela-se de extrema importância, na situação em causa, por se tratar de uma construção que se destina à indústria;

- A interessada alega que o edifício que se pretende concluir se insere num projeto de crescimento económico da empresa, que passa pela criação e ampliação de novos espaços e aposta no investimento em novos equipamentos, destinados à sua modernização e internacionalização, inserindo-se este projeto nos quadros de apoio do Portugal 2020;

- De acordo com informação dos serviços de fiscalização a construção encontra-se em fase de acabamentos;

- De acordo com o parecer jurídico datado de 20/09/2016 e com a informação técnica datada de 28 de setembro, o prazo de doze meses solicitado para a vigência da licença especial para conclusão da obra inacabada é excessivo e contraria os próprios pressupostos, enunciados no regime jurídico e na própria memória descritiva apresentada pelo requerente, de resolução e conclusão célere da obra, sendo que o prazo aconselhável para tal não deve exceder 3 meses;

Delibera, ao abrigo do n.º 3 do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, DEFERIR o pedido apresentado por PETOOLS – COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS PARA INJEÇÃO, UNIPessoal, Lda, com o NIPC 505 644 860, com sede na estrada de Picassinos, 75, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, para concessão de licença especial para acabamentos, do edifício destinado a indústria, sito no lugar de Vale de Picassinos, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 6076 e inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo 19870-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por reconhecer o interesse da conclusão do mesmo e não se mostrar aconselhável a sua demolição, por razões ambientais, urbanísticas e particularmente por razões económicas, condicionada à execução das obras no prazo de 3 (três) meses a contar da data da emissão da licença, devendo para este efeito ser apresentados elementos retificativos que consagrem o cumprimento deste prazo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1618/16, DATADO DE 2016/09/23 – PC N.º 339/14, DATADO DE 2014/10/07 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA E OUTROS

Relativamente a este processo, registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou o que se passou com esta obra, que estava embargada por não estar a ser feita de acordo com o projecto aprovado.

O **Sr. Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que informou que o projecto era para uma obra de beneficiação e conservação, cumpria o PDM e a Câmara e a APA tinham dado parecer nesse sentido. De um momento para o outro só ficaram as paredes e o que se verificava era uma reconstrução. A representação na planta é diferente, e porque é uma reconstrução necessita do parecer da APA, que permita demolições e reconstruções. O parecer da Câmara propõe a aprovação do projeto de arquitetura, condicionado ao parecer da APA.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que este é um exemplo de como se consegue cumprir a lei e satisfazer os interesses da Câmara e do munícipe. Trata-se de um exercício a que chama de criativo.

Seguidamente os Srs. Vereadores foram colocando questões técnicas a que a Dr.ª Inês Marrazes foi respondendo, nomeadamente sobre o embargo, que surgiu na sequência de uma ação de fiscalização, e sobre a necessidade do parecer da APA.

O **Sr. Presidente** disse que vai usar da palavra e depois encerrará o assunto. Disse que aquilo que estava a ser feito não era o que estava licenciado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** e a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** protestaram, porque entendem que aquilo que vão aprovar é igual.

O **Sr. Presidente** disse que não, o que se vai aprovar é como projeto de reconstrução. Informou que os projetos estão aqui presentes, devidamente elaborados, depois de se falar com os promotores, e estão prontos a serem aprovados com o condicionalismo de obter o parecer da APA.

Questionada sobre o histórico da APA nestes processos de reconstrução, a **Dr.ª Inês Marrazes** respondeu que a APA tem dado parecer negativo a tudo o que está no domínio público marítimo, embora a Câmara tenha a garantia de que este parecer será positivo.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou porque é que o processo não foi conduzido de outra forma e colocou questões técnicas relativamente à estrutura da cobertura e do próprio edifício.

A **Dr.ª Inês Marrazes** leu a informação técnica datada de 07/07/2016, sobre as estruturas.

Depois de uma troca de impressões sobre questões técnicas, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que afirmava que não é preciso o parecer da APA quando tivermos de fazer reparações no edifício para substituição ou conservação e não tivermos de alterar materiais.

E tirou a 1.ª conclusão prévia: entende que o munícipe em questão podia fazer tudo o que queria sem parecer da APA. Nem sequer precisava de autorização da Câmara, só tinha que fazer a comunicação, e a Câmara tinha a vantagem de não ter aquela condicionante durante todo o verão.

Em face do sucedido, disse que os funcionários têm que ser formados no sentido de, perante os munícipes, adotarem determinados comportamentos, que se encontram no Manual de Procedimentos que elaborou e que se encontra no processo da Modernização. O funcionário que atende o munícipe deve dar-lhe indicações de como conduzir o processo para obter o licenciamento da sua obra. Este é um conselho que deixa ao Sr. Presidente, a quem pediu que o implemente.

O **Sr. Presidente** disse que tomou nota.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou quando é que lhe responde.

O **Sr. Presidente** disse que o Sr. Vereador tem os seus *timings* e que ele tem os seus.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que o Sr. Presidente não lhe respondeu, pelo que a sua votação será consequência da falta desta resposta.

O **Sr. Presidente** disse que ia por a proposta a votação.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que queria que ficasse registado o seguinte:

“Não quer votar sem a resposta do Sr. Presidente, que considera fundamental para votar. A resposta que o Presidente tem a dar não tem nada a ver com este processo, pelo que esta votação não tem enquadramento jurídico.”

O **Sr. Presidente** declarou o seguinte:

“Face à questão descrita pelo Vereador a mesma não tem que ver com a votação deste processo.”

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

600 - Presente pedido com o registo n.º 1618/16, datado de 23/09/2016, relativo a licenciamento de **alterações em obra**, no prédio sito na avenida Marginal, n.º 8, em S. Pedro de Moel, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3692 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2976, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1º andar direito, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1º, freguesia e concelho de Marinha Grande, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1º F no lugar de Cruzes, freguesia e concelho de Marinha

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Grande, e FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12.º andar direito, freguesia de Portela, concelho de Loures, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 339/14, com data de entrada de 07/10/2014, aprovado em reunião de câmara de 26/11/2015;

Presente informação técnica, datada de 29/09/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, condicionado à apresentação de parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente face às alterações pretendidas;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alterações em obra, no prédio sito na avenida Marginal, n.º 8, em S. Pedro de Moel, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3692 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2976, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, apresentado por CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1.º andar direito, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1.º F no lugar de Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, e FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12.º andar direito, freguesia de Portela, concelho de Loures, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 339/14, com data de entrada de 07/10/2014, aprovado em reunião de câmara de 26/11/2015, condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, de parecer favorável emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) relativo às alterações pretendidas.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Vítor Pereira.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:30 horas às 14:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

**10 - REQ. N.º 1467/16, DATADO DE 2016/08/26 – PC N.º 225/16, DATADO DE 2016/06/13
– CONSTANTINO JOSE ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE**

601 - Presente processo camarário registado sob o n.º 225/16, em 2016/06/27, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alpendre, anexo e muro e (legalização) da obra de alteração realizada na moradia, incidentes no prédio sito na Rua 25 de abril, n.º 22, em Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2022 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3758, apresentado por CONSTANTINO JOSÉ ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, com o NIP 741854139, representado por ELSA DE BRITO ALVES PEREIRA EVANGELISTA, com o NIP n.º 182998088, com residência em Av. Pedro Nunes, n.º 745 – 4.º Esq., lugar de Alto das Vinhas Grande, freguesia de Montijo e Afonsoeiro, concelho de Montijo.

Presentes projetos de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2016/07/12, que atesta estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

Presente parecer técnico, datado de 2016/09/14, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, capazes de serem aprovados.

Após análise do processo camarário registado sob o n.º 225/16, em 2016/06/27, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alpendre, anexo e (legalização) da obra de alteração realizada na moradia, incidentes no prédio sito na Rua 25 de abril, n.º 22, em Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2022 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3758, apresentado por CONSTANTINO JOSÉ ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA, com o NIP 741854139, representado por ELSA DE BRITO ALVES PEREIRA EVANGELISTA, com o NIP n.º 182998088, com residência em Av. Pedro Nunes, n.º 745 – 4.º Esq., lugar de Alto das Vinhas Grande, freguesia de Montijo e Afonsoeiro, concelho de Montijo, bem como dos pareceres datados de 2016/07/12, de 2016/09/16 e despacho de 2016/09/28, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alpendre, anexo e (legalização) da obra de alteração realizada na moradia, com CONDICIONALISMO de recuo do muro de vedação em cerca de 1,00 m de modo a dar continuidade ao alinhamento da construção

existente a norte do prédio do requerente e possibilitar futuramente a criação de passeio na totalidade da rua, conforme comunicado à interessada pelo ofício n.º 771/16, datado de 2016/07/21, rececionado em 2016/07/26.

Mais delibera INFORMAR as requerentes do seguinte:

1- Deverá assegurar a apresentação de peças escritas e desenhadas (arquitetura e especialidades) em conformidade com o condicionalismo de aprovação.

2 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1235/16, DATADO DE 2016/07/19 – PC N.º 49/16, DATADO DE 2016/02/03 – SILVINA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS

602 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1235/16, datado de 2016/07/19, constante do processo camarário n.º 49/16, inerente ao pedido de **licenciamento da obra de “Reconstrução de Moradia Unifamiliar e Muros”**, a incidir no prédio urbano sito na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 33, lugar de Outeiros, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7855 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5688-P da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por **SILVIA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS**, com o NIF n.º 210296267, com residência na Rua do Barreiro, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2016/06/23, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/08/17, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Analisada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

referente à obra de “*Reconstrução de Moradia Unifamiliar e Muros*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 33, lugar de Outeiros, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7855 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5688-P da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 49/16, com data de entrada em 2016/02/03, apresentado por SILVIA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS, com o NIF n.º 210296267, com residência na Rua do Barreiro, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, designadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 9 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, por falta de verificação do cumprimento do Índice de Construção Bruto definido para a Área Envolvente do Aglomerado Urbano de Vieira de Leiria (0,5), dado a área total de construção proposta para a edificação a reconstruir (70,06m²) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (49,085m²), implicando a área de construção proposta, num índice de construção de (0,71), muito superior ao índice de construção máximo permitido de (0,5).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1546/16, DATADO DE 2016/09/08 – PC N.º 232/16, DATADO DE 2016/06/15 – ANTÓNIO GASPAR

603 - Presentes requerimentos n.º 993/16 e n.º 1546/16, registados em 2016/06/15 e 2016/09/08, respetivamente, do processo n.º 232/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) das obras de alteração e ampliação da moradia e legalização da obra de construção de anexo, erigidos no prédio sito na Rua das Rosas Silvestres, n.º 30, no lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 6066 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3346, apresentado por ANTÓNIO GASPAR, com o NIF 237380188, residente no Chouso do Senhor, Lousal, freguesia e concelho de Ansião.

Presente parecer técnico datado de 2016/09/19, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 993/16 e n.º 1546/16, registados em 2016/06/15 e 2016/09/08, respetivamente, do processo n.º 232/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) das obras de alteração e ampliação da moradia e legalização da obra de construção de anexo, erigidos no prédio sito na Rua das Rosas Silvestres, n.º 30, no lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 6066 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3346, apresentado por ANTÓNIO GASPAR,

com o NIF 237380188, residente no Chouso do Senhor, Lousal, freguesia e concelho de Ansião, bem como o parecer técnico de 2016/09/19, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente, o n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, por apresentar compartimento habitável iluminado e ventilado por vão cuja área é inferior a um décimo da área do compartimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 1654/16, DATADO DE 2016/09/29 – PC N.º 110/16, DATADO DE 2016/04/04 – SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.

604 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1654/16, datado de 2016/09/29, apresentado por **SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.**, o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de **construção de supermercado**, tituladas pelo Alvará de Obras de Construção n.º 41/16, emitido em 2016/06/28.

Presente parecer técnico datado de 2016/09/29, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A., o NIPC 501 913 246, com sede em Espido – Via Norte, Maia, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 682/13, DATADO DE 2013/05/07 – PC N.º 1479/99, DATADO DE 1999/11/30
– IOLANDA MAFALDA MADUREIRA NUNES RODRIGUES

605 - Presente processo n.º 1479/99, respeitante à **transformação de uma moradia em creche e ocupação de tempos livres**, sita na rua da Portela, n.º 16, freguesia e concelho da Marinha Grande, com alvará de licença de utilização com o n.º 137/2001, de 09-08-2001. Presente requerimento, com registo de entrada n.º 682/99, de 07-05-2013, apresentado por “PINÓQUIO DA MARINHA GRANDE, ATIVIDADES EDUCATIVAS UNIPessoal, LDA”, a solicitar a vistoria ao espaço de recreio e jogo do referido edifício, na sequência de exigência do Instituto da Segurança Social, IP.

Presente informação da fiscalização de 13-06-2016, a dar conta que o estabelecimento já não se encontra em funcionamento.

Considerando que:

- Foi emitido, a 09-08-2001, o alvará de licença de utilização com o n.º 137/2001, em nome de IOLANDA MAFALDA MADUREIRA NUNES RODRIGUES, para um edifício, sito na rua da Portela, n.º 16, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinado à instalação de uma creche e ocupação de tempos livres;

- Por exigência do Instituto da Segurança Social IP, “PINÓQUIO DA MARINHA GRANDE, ATIVIDADES EDUCATIVAS UNIPessoal, LDA”, solicitou, através do requerimento, com registo de entrada n.º 682/99, de 07-05-2013, a vistoria ao espaço de recreio e jogo do edifício já identificado;

- Por ofício, com o registo de entrada n.º 905/15, de 29-06-2015, o mencionado Instituto, deu conta do funcionamento, no edifício em questão, de um estabelecimento de apoio social a crianças, sem licença de utilização para o efeito, e sem licença ou autorização provisória de funcionamento, a emitir pelo mesmo Instituto, enquanto entidade territorialmente competente para o licenciamento de equipamentos sociais;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

- Esta Câmara Municipal enviou notificações, com os n.ºs 655/15 e 656/15, ambas de 16-07-2015, à “Nuvem Brincalhona, Unipessoal, Lda” (proprietária do estabelecimento, de acordo com informação do Instituto de Segurança Social) e à titular do já identificado processo de licenciamento com o n.º 1479/99, com vista à apresentação do respetivo processo de legalização das instalações;
- “A NUVEM BRINCALHONA, UNIPESSOAL, LDA” recebeu, a 27-07-2015, o ofício com o n.º 669/15, de 24-07-2015, enviado por esta Câmara Municipal, a solicitar informação sobre o seu interesse na realização de vistoria ao espaço de jogo e recreio;
- A sociedade em causa nada respondeu;
- Não foi, igualmente, apresentado, até à data, qualquer processo de legalização;
- A 13-06-2016, os serviços de fiscalização informaram, por escrito, que após várias deslocações ao local, verificaram que o estabelecimento não se encontrava em funcionamento, estando encerrado;
- Estes factos foram corroborados, no local, por vizinhos, que afirmaram que o mesmo se encontrava encerrado há algum tempo;
- O procedimento iniciado com o requerimento de “Pinóquio da Marinha Grande, Atividades Educativas Unipessoal, Lda”, para realização da vistoria ao espaço de recreio e jogo do edifício em causa tornou-se inútil, visto que o estabelecimento se encontra encerrado;

A Câmara Municipal delibera DECLARAR EXTINTO, ao abrigo do artigo 95.º do Código do Procedimento Administrativo, o procedimento iniciado com o requerimento, com o registo de entrada n.º 682/99, de 07-05-2013, apresentado por “Pinóquio DA MARINHA GRANDE, ATIVIDADES EDUCATIVAS UNIPESSOAL, LDA”, com o NIPC 505414902, para realização da vistoria ao espaço de recreio e jogo, do edifício sito na rua da Portela, n.º 16, freguesia e concelho da Marinha Grande, visto que a finalidade a que o mesmo se destinava se tornou inútil, uma vez que o estabelecimento em causa se encontra encerrado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - E/7347/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

606 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7347/2016, datado de 06/09/2016, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a

levar a cabo na Rua Sociedade Recreativa 1.ª de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 8,00 metros de passeio.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 14/09/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 8,00 metros de passeio para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Sociedade Recreativa 1.ª de Maio, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) A intervenção apenas poderá incidir sobre o passeio, não sendo autorizado corte de pavimento do arruamento.
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - E/7329/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

607 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7329/2016, datado de 06/09/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua das Flores, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 6,50 metros de tapete betuminoso.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 14/09/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 6,50 metros de passeio para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua das Flores, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - E/7049/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

608 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7049/2016, datado de 24/08/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, num total de 75,00 metros de pavimento.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer DESFAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 75,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural a levar a cabo na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, devendo ser

adotada uma solução alternativa, nos termos e fundamentos do parecer que a seguir se transcreve, concedendo um prazo de 10 dias úteis, para querendo, se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro:

“Para a execução da rede neste arruamento prevê ir ligar à conduta de gás existente na faixa de rodagem da Rua da Indústria. Ou seja, prevê-se um corte no pavimento da faixa de rodagem da Rua da Indústria. Tendo em atenção que este arruamento foi pavimentado recentemente no âmbito da empreitada “BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – cp N.º 04/09 (DIRM)” e que o pavimento é em betão betuminoso e está em bom estado de conservação sem cortes ou reparações, estes serviços são da opinião que não se deve autorizar o corte do betuminoso.

Em alternativa, a rede de gás para a Rua dos Metalúrgicos, pode ser ligada à Rua Manuel Dinis Parreira.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - ALTERAÇÃO DA FÓRMULA CONSTANTE DO ARTIGO 127.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO, RESPEITANTE AO CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA NÃO CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira colocou as seguintes questões, tendo anunciado que irá formalizar o pedido por escrito:

- O RMEU existe desde 2010, e foi alterado em 2013. Desde quando há o parâmetro “L”? Para aplicar esta taxa com o parâmetro “L” foi concertada feito um estudo económico-financeiro, pelo que gostaria que lhe fornecessem uma cópia desse estudo.
- Agora está a ser alterada a fórmula, eliminando o “L”. Como para alterar as taxas é necessário um estudo económico-financeiro, gostaria que lhe fornecessem também uma cópia deste novo estudo.
- Quantas e quais as empresas que pagaram com este parâmetro L, e em que montantes?
- Temos a informação que das empresas que fizeram investimentos em infraestruturas nos últimos anos nem todas pagaram este parâmetro L. Quantas empresas e quais, ao abrigo do RMEU, deveriam ter pago o parâmetro L e não pagaram?
- Qual o montante em que a Câmara foi lesada durante estes 5 anos?

O **Sr. Presidente** informou que o estudo económico não foi feito porque esta alteração resulta de diversas reclamações.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou se houve empresas que pagaram esta taxa e outras não, e se assim for pede desde já ao Sr. Presidente para trazer a reunião a proposta de inquérito para se saber quem é o responsável por essa situação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que fazia suas as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que a sua questão já ficou prejudicada.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é interessante verificar que sempre que um Vereador faz o seu trabalho se detetam situações graves, não sabendo se lícitas se ilícitas. O que o Vereador Aurélio afirmou é grave e só lhe vem dar razão para a necessidade da sindicância.

Esta é uma situação que o choca, porque foi aqui usada uma ferramenta para fazer a diferenciação, pelo que entende que este assunto deve ser objeto de um inquérito imediato. Independentemente do montante, o que é mais importante é o tratamento igual para todos os municípios. É preciso saber quem é o responsável. Até se pode dizer que é o técnico, mas como o pelouro é do Presidente, significa que ou ele se abstrai ou não exerce as suas competências. Espera que o Sr. Presidente lhe responda que isto não é verdade. Se assim não for então também pede, tal como o Vereador Vítor Pereira, que se instaure um processo de inquérito imediato.

O **Sr. Presidente** esclareceu que não compete ao Presidente cobrar as taxas, competindo-lhe as isenções, e no que diz respeito às isenções desta taxa não passou nada por si. Dado que o Sr. Vereador fez o pedido, apurar-se-á, porque neste momento não dispõe de elementos que lhe permitam confirmar ou desmentir as afirmações do Sr. Vereador Aurélio.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que as afirmações do Sr. Vereador Aurélio Ferreira são, na prática, uma participação, pelo que propõe que imediatamente se decida a abertura de um inquérito, sem que se tenha que esperar mais 15 dias.

O **Sr. Presidente** disse que há duas situações: a proposta e simultaneamente averiguar se durante a vigência do RMEU com esta fórmula, a mesma foi aplicada a todos os municípios em igualdade de circunstâncias.

Assim, o Sr. Presidente colocou a votação as seguintes propostas:

609 - 1. Seis anos após a publicação do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, e três anos volvidos sobre a sua última alteração, urge proceder à alteração do artigo 127.º daquele Regulamento, com a epígrafe

“Cálculo do valor da compensação em numerário”, que a manter-se na sua redação atual, traz graves prejuízos para o concelho, tanto a nível económico, como social;

2.- A atividade desenvolvida no Concelho da Marinha Grande pelos mais variados agentes económicos, relativa a operações urbanísticas, é regulamentada, sem prejuízo das normas e legislação de âmbito nacional, pelas disposições constantes no Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (adiante designado como RMEU).

3.- A redação atual do RMEU foi aprovada em Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2013, sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de abril de 2013 após submissão a apreciação pública, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro, tendo sido alvo de publicação pelo Edital n.º 225/2013 no Diário da República – 2ª Série, n.º 104, de 30 de maio, dando cumprimento ao n.º 4 do mesmo artigo e diploma legal.

4.- De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do RMEU, as operações urbanísticas referentes a “(...) armazéns e ou indústrias localizados fora de zonas industriais com planos de pormenor eficazes, com áreas totais de construção superiores a 1000m (...)” são consideradas, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44º do RJUE, como operações de impacto relevante.

5.- Com a publicação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro de 2014, o RJUE sofreu a sua décima terceira alteração, estando atualmente em vigor esta última redação.

6.- Conforme estabelecido no n.º 5 do artigo 44º do RJUE, “(...) o proprietário e demais titulares de direitos reais sobre prédio a sujeitar a qualquer operação urbanística que nos termos de regulamento municipal seja considerada como de impacto relevante ficam também sujeitos às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento (...)”, nos termos a definir em regulamento municipal.

7.- Esta situação implica a obrigatoriedade de, em operações urbanísticas que resultem em edifícios destinados a armazém ou indústria, localizados fora de zonas industriais com planos de pormenor eficazes (que no concelho se cingem às zonas industriais da Marinha Grande e de Vieira de Leiria), com uma área de construção superior a 1.000 m², os seus promotores cederem ao Município parcelas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva e as infraestruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

8.- Não há lugar à cedência destas parcelas ou infraestruturas, nos termos do n.º 4 do artigo 44º do RJUE, caso “(...) o prédio a lotear já esteja servido pelas infraestruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2.º (do RJUE) ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio (...)”, “(...)ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal (...)”.

9.- A fórmula a aplicar atualmente para o cálculo da compensação pela não cedência, constante no artigo 127º do RMEU é $C = C_1 + C_2$, em que C_1 é o valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local e C_2 é o valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

10.- O cálculo de C_1 segue a fórmula $C_1 = [(A_1 + A_2) \times K_5 \times V]/4$, em que A_1 e A_2 , em m², são os valores da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas, respetivamente, para espaços verdes e de utilização coletiva e para equipamento de utilização coletiva, calculados de acordo com os parâmetros eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor (Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março), o valor de K_5 considerado resulta da localização da unidade industrial, de acordo com o disposto no quadro IV do art.º 127º do RMEU e V corresponde ao valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixado anualmente por portaria publicada para o efeito.

11.- A aferição do valor correspondente a C_2 decorre da aplicação da fórmula $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, em que L é o comprimento das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, l é o valor fixo de 3,25m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos, K_6 é o coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V do artigo 127º do RMEU e V é, mais uma vez, o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

12.- Uma avaliação continuada às situações resultantes da aplicação prática do RMEU, ao longo da sua vigência, mais concretamente ao nível dos valores que decorrem de C_2 , permite aferir que a sua fórmula introduz um fator que distorce a relação entre a operação urbanística e respetivo custo e o valor da compensação a prestar ao Município pela não cedência das referidas infraestruturas, uma vez que se cinge unicamente à extensão da totalidade do comprimento das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, definida pelo parâmetro “L”, independentemente da dimensão da intervenção ou da sua implicação nas infraestruturas existentes.

13.- Como resultado desta situação, criam-se situações de flagrante desigualdade, como se exemplifica:

13.1.- No prédio “X”, situado na restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande, mas fora de qualquer Plano de Pormenor em vigor, que apresenta uma frente urbana com 20 m, servido de todas as infraestruturas urbanas, existe um edifício destinado a indústria com uma área de construção de 1.000,00 m², cujo titular pretende ampliar em 100 m²;

13.2.- No prédio “Y”, situado à semelhança do “X” na restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande, mas fora de qualquer Plano de Pormenor em vigor, que apresenta uma frente urbana com 200 m, servido por todas as infraestruturas urbanas, existe um edifício industrial igualmente com 1.000,00 m², que o respetivo titular pretende, também, ampliar em 100,00 m².

13.3.- Tanto num caso como no outro encontramos-nos perante uma operação urbanística de dimensão relevante, uma vez que os dois prédios se enquadram no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do RMEU, ao passarem a ter, com a operação, mais de 1.000,00 m² de área de construção;

13.4.- A taxa pela emissão do respetivo título habilitante (alvará de licenciamento), determinada nos termos do Quadro VI do Anexo I do RMEU, é idêntica para os dois e terá o valor de 425,00€;

13.5.- A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, designada como TU, determinada de acordo com o artigo 122º do RMEU, por se tratar de uma operação urbanística de dimensão relevante, é igual nos dois casos, e apresentará o valor de 937,46 €;

13.6.- Num e noutro caso, a área de cedência a contemplar com a operação será, de acordo com o disposto na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, de 23,00 m² para espaços verdes e 10,00 m² para equipamento, num total de 33,00 m², não havendo lugar a cedência de infraestruturas.

13.7.- Nas duas situações não se justifica a cedência de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva e de equipamento público no local ou de infraestruturas, pelo que é devida a compensação ao Município estabelecida no n.º 5 do artigo 44º do regime jurídico da urbanização e edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, cujo valor decorre dos termos do artigo 127º e seguintes do RMEU.

13.8.- A fórmula a aplicar atualmente para o cálculo da compensação pela não cedência, constante no artigo 127º do RMEU é $C = C_1 + C_2$, em que C_1 é o valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local e C_2 é o valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

13.9.- Neste contexto, o valor de C_1 , nos termos estabelecidos no n.º 10 da presente informação, para os dois casos, é de $[(23+10) \times 0,1 \times 482,40]/4 = 397,98$ €, o que significa que o valor a prestar por cada m² de terreno não cedido será de 12,06 €.

13.10.- A aplicação da fórmula relativa a $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, nos termos enunciados no n.º 11 desta informação, resulta nos seguintes valores:

a) Para o prédio “X”, $C_2 = 0,15 \times 20 \times 3,25 \times 0,38 \times 482,40 \text{ €} = 1.787,29$ €;

b) Para o prédio “Y”, $C_2 = 0,15 \times 200 \times 3,25 \times 0,38 \times 482,40 \text{ €} = 17.872,92 \text{ €}$, o que resulta num valor para compensação pela não cedência de infraestruturas 10 vezes superior ao do prédio “X”, quando nos encontramos perante operações idênticas a realizar em prédios cujas infraestruturas públicas de apoio são iguais.

14.- A este respeito importa igualmente referir que o valor das taxas e compensações devidas para a construção prevista no número anterior varia entre 3.547,73€ para a ampliação de 100 m² a realizar no terreno “X” e os 19.633,36 €, para a mesma operação no terreno “Y”, sem qualquer outra justificação para tão grande diferença que não seja o fator decorrente da dimensão das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, designado como “L”.

15.- Verifica-se assim que este fator “L” introduz uma variação que é alheia ao objeto e à substância da operação urbanística em si, acrescentando uma ponderação que decorre unicamente da dimensão das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio objeto da operação urbanística, sem que se estabeleça uma relação direta entre essa dimensão e a das infraestruturas necessárias à prossecução da referida operação urbanística.

16.- Ao retirar este fator “L” da equação, verifica-se que o valor da compensação pela não cedência de infraestruturas – C_2 - será, para as duas operações urbanísticas tomadas como exemplo, definido pela nova fórmula $C_2 = l \times K_6 \times V$, em que l é o valor fixo de 3,25m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos, K_6 é o coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V do artigo 127.º do RMEU e V é, mais uma vez, o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

17.- Num e noutro caso, o valor final da compensação pela não cedência de infraestruturas será o seguinte: $C_2 = 3,25 \times 0,38 \times 482,40 = 595,76 \text{ €}$, o que somado ao valor de C_1 resultará num valor final de compensação pela não cedência de parcelas para espaços verdes, equipamento e de infraestruturas, em que “C” totaliza o valor de 993,74 €, sendo que este valor final passará a ter uma relação direta e estrita aos dois fatores principais que devem nortear o seu cálculo: a dimensão da área a ceder para espaços verdes e equipamento e o grau de infraestruturização existente no local.

18.- As questões relativas à realidade socioeconómica associada à atividade industrial, nomeadamente no que se reporta à captação de investimento e ao apoio à criação de novas unidades produtivas na Marinha Grande, como instrumento de combate ao desemprego e, sobretudo de atração de quadros técnicos intermédios e superiores, com reflexos diretos e indiretos na melhoria da qualidade de vida e de oportunidades para fixação e desenvolvimento da população no nosso Concelho, implica a criação de mecanismos e políticas de atração de investimento, o que choca frontalmente com as disposições decorrentes da fórmula atualmente constante no artigo 127.º do RMEU para a definição da compensação pela não cedência de infraestruturas.

Com vista à correção desta situação, geradora de desigualdades, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, submeter a discussão pública, pelo prazo de 30 dias, antes da aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de alteração ao artigo 127.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, suprimindo o fator “L”, constante da fórmula $C_2 = 0,15 L \times l \times K_6 \times V$, respeitante ao cálculo da compensação devida pela não cedência de infraestruturas, por o mesmo introduzir desigualdades nos montantes a pagar pelos titulares de operações urbanísticas situadas em prédios servidos pelo mesmo tipo de infraestruturas, mas que se veem penalizados por os mesmos confrontarem com extensões diferentes de arruamentos. Com esta alteração “C2” passa a refletir o grau real de infraestruturização, independentemente da dimensão da confrontação.

Assim, a fórmula vertida no mencionado artigo, referente ao valor em numerário, da compensação devida ao Município, quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, passa a ser a seguinte:

$$C_2 = l \times K_6 \times V$$

Reproduz-se o artigo na íntegra:

Artigo 127º

Cálculo do valor da compensação em numerário

O valor, em numerário, da compensação a pagar ao Município é determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = C_1 + C_2$$

em que:

C — Valor total da compensação devida ao Município;

C₁ — Valor da compensação devida ao Município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva ou à instalação de equipamentos públicos no local;

C₂ — Valor da compensação devida ao Município quando o prédio já se encontra servido pelas infraestruturas referidas na alínea h) do artigo 2.º do RJUE.

Cálculo do valor de C₁:

$$C_1 = [(A_1 + A_2) \times K_5 \times V] / 4$$

em que:

A₁ (m²) — Valor da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva, calculado de acordo com os parâmetros

eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor;

A2 (m2) — Valor da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para instalação de equipamentos públicos, calculado de acordo com os parâmetros eventualmente aplicáveis, definidos em PMOT ou, em caso de omissão, pela legislação em vigor;

K5 — Coeficiente definido em função da influência da localização em áreas geográficas diferenciadas que, associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo do metro quadrado de terreno nessas áreas, e toma os valores constantes do Quadro IV;

V (euros/ m2) — Valor em euros/m para efeitos de cálculo correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, decorrente do preço da construção fixado por portaria anualmente, publicada para o efeito, para as diversas zonas do País

QUADRO IV

Zonas	Valores de K5
I — Aglomerado Urbano de São Pedro de Moel e Praia da Vieira	0,45
II — Área do Centro Tradicional, do Centro e Área Central da Marinha Grande	0,25
III — Área Central e Envolvente à Área Central de Vieira de Leiria, Envolvente à Área Central, Restante Área Urbana da Marinha Grande e Área de Reserva do Aglomerado Urbano da Marinha Grande	0,10
IV — Outras zonas do Concelho	0,05

Cálculo do valor de C2:

$$C2 = l \times K6 \times V$$

em que:

l (ml) — Valor fixo de 3,25 m, correspondente a metade do perfil transversal do arruamento tipo definido, tomando como referência um arruamento com uma faixa de rodagem com dois sentidos;

K6 — Coeficiente que associado ao valor do preço da construção fixado por portaria anualmente, traduz o valor do custo das redes existentes de abastecimento de águas, de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, arruamento, estacionamento e passeios e toma os valores constantes do Quadro V;

V (euros/ m2) — Valor em euros/m para efeitos de cálculo correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, decorrente do preço da construção fixado por portaria anualmente, publicada para o efeito, para as diversas zonas do País;

QUADRO V

Infraestruturas	Valores de K6
Rede de abastecimento de águas	0,14
Rede de drenagem de águas residuais	0,10
Rede de drenagem de águas pluviais	0,06
Estacionamento público/Passeios	0,05
Arruamento pavimentado betuminoso	0,03

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favorável a esta alteração ao RMEU, pois o estrondoso valor da taxa que o factor “L” introduzia era uma injustiça, chegando a multiplicar por 1.000 o seu valor, que levou a que muitas empresas da Marinha Grande não se expandissem, por recusar a pagar esta enormidade de taxas, e assim não aumentaram as suas infra-estruturas. Para além disso, provocou a saída de algumas empresas do nosso Município e outras que não vieram para cá.

O incremento da taxa por este factor “L”, não tinha em conta a dimensão ou o tipo de edifício, mas unicamente a dimensão das linhas de confrontação com as ruas. Este factor não diferenciava um edifício de 1.000 m2 ou de 2.000 m2, mas de tivesse a mesma dimensão e um tivesse mais arruamentos que outro, este factor era enormemente penalizador. Verificava-se ainda a repetibilidade, ou seja, cada vez que uma empresa construía por exemplo mais um barracão de 1.000 m2, mesmo que não tivesse mais arruamentos, tinha de voltar a pagar a taxa incluindo o factor “L”

Não se compreende como foi introduzido este factor “L”, e, ao perceberem que estava errado, prejudicando drasticamente as empresas e o desenvolvimento industrial, deixaram estar tanto tempo sem se alterar.

O que dirão as empresas que pagaram estas taxas ficando prejudicadas?

Finalmente fez-se justiça e por isso voto favoravelmente.”

610 - Mais delibera instaurar processo de inquérito com o objetivo de apurar se a fórmula resultante do art.º 127.º do RMEU foi aplicada a todas as empresas em igualdade de circunstâncias.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

19 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

611 - A Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o dia 08 de outubro de 2016 para a realização do Convívio Motard.

O SIM – Sport Império Marinhense, solicitou ainda à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o dia 08 de outubro de 2016 para a realização do Trailmotor - Demonstração de Motorizadas e Bicicletas.

Presentes as informações nº 75/LS e 76/LS de 23 de setembro de 2016, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade Desportiva e Cultural de Trutas e o SIM – Sport Império Marinhense, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NA REDE PREDIAL DE ÁGUA - REQUERENTE: MARIA EUGÉNIA ROSA RUIVACO GUERRA - AUDIÊNCIA PRÉVIA SEM ALEGAÇÕES – INDEFERIMENTO FINAL.

612 - Presente requerimento apresentado em 02-12-2014, por Maria Eugénia Rosa Ruivaco Guerra, titular do NIF 100250459, residente no Largo da Alegria, n.º 4 – R/C, Marinha Grande, no qual solicitou o ressarcimento dos danos causados na rede predial de água da habitação onde reside e no esquentador, alegadamente na sequência de obras municipais realizadas no local e de remodelação de diversos ramais de abastecimento.

Presente Informação jurídica n.º 1/874/2016-FO, de 24-06-2016, na qual se apreciaram os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da

existência de um facto ilícito imputável ao município, o pressuposto da culpa e o nexo de causalidade entre o facto ilícito e os prejuízos reclamados pela requerente, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes das ligações dos novos ramais de abastecimento.

Em reunião realizada no dia 18-08-2016, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia da requerente, tendo esta sido notificada do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/3086/2016, de 26-08-2016, que foi recebido em 30-08-2016.

Findo em 13-09-2016, o prazo de audiência prévia concedido à requerente, verificou-se que a mesma não apresentou alegações.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes daquela informação n.º I/874/2016-FO, a qual se dá aqui e para os devidos efeitos, como integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Maria Eugénia Rosa Ruivaco Guerra, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de um facto ilícito imputável ao Município, o pressuposto da culpa e o nexo de causalidade entre o facto ilícito e os danos reclamados, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes das ligações dos novos 51 ramais de abastecimento de água na área de residência da requerente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PROCESSO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL N.º 254/10 – REQUERENTES: TIMOTHY ALEXANDER TACCHI E BETINA KUNZL TACCHI – INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE INQUÉRITO

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho declarou-se impedida de participar na discussão e votação deste processo, uma vez que, como advogada, já representou os requerentes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que preferia que o inquérito fosse feito por alguém exterior à Câmara. Não é uma questão de confiança na Técnica que vai fazer o inquérito, mas os constrangimentos por serem colegas de trabalho.

O **Sr. Presidente** lembrou que já houve esta situação e depois teve que se recuar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não compreende porque é que este processo de inquérito vem à Câmara e outros não vieram, nomeadamente o inquérito seguido às gravíssimas afirmações do Sr. Eng.º Pedro Silva sobre corrupção na Câmara.

Tendo em conta que foi aqui afirmado que esse inquérito existe, espanta-o que seja da responsabilidade do chefe do serviço sobre o qual incide esse inquérito (serviços de fiscalização), da responsabilidade do Chefe da Divisão Jurídica, que é, como o Presidente disse, o inquiridor.

Seguidamente pediu ao Sr. Presidente informação sobre o término do referido inquérito e que averigüe se se pode legalmente divulgar a parte do processo de inquérito referente às declarações do Sr. Eng.º Pedro Silva, sobre eventual corrupção. Se legalmente for possível, que lhe faça chegar o referido depoimento.

O **Sr. Presidente** informou que a sua resposta relativamente à inquirição externa tem a ver com a situação que se passou anteriormente.

Referiu que poderia, por despacho, ordenar o inquérito, mas que, a bem da transparência, entendeu trazer o assunto à reunião.

Sobre o inquérito às declarações do Sr. Eng.º Pedro Silva, informou que não é ao serviço de fiscalização, mas ao tratamento diferenciado no licenciamento municipal, que não tem a ver com o Gabinete Jurídico ou a Fiscalização.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu ao Sr. Presidente informação sobre o término do referido inquérito e que averigüe se se pode legalmente divulgar a parte do processo de inquérito referente às declarações do Sr. Eng.º Pedro Silva, sobre eventual corrupção. Se legalmente for possível, que lhe faça chegar o referido depoimento.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta, de nomeação de uma Técnica da Câmara para inquiridora, se não for possível o recurso a inquiridor externo:

613 - Na reunião da Câmara Municipal, de 22 de setembro corrente, foi agendada uma proposta de deliberação que tinha como objeto a declaração de nulidade das deliberações camarárias tomadas no âmbito do processo de licenciamento municipal n.º 254/10, relativo a uma operação urbanística em São Pedro de Moel, titulado por Timothy Alexander Tacchi e Betina Kunzl Tacchi.

Na sequência da discussão prévia da proposta, foi suscitada pelo Executivo Municipal, de forma unânime, a pertinência de ser instaurado um processo de inquérito, com o propósito de se apurar a verificação da eventual prática de qualquer comportamento ilícito praticado no âmbito da aprovação e licenciamento da operação urbanística em causa.

O processo de inquérito destina-se a apurar factos determinados, de acordo com o artigo 229.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Tendo em conta o teor da proposta de deliberação identificada e a respetiva documentação de suporte, terão ocorrido factos suscetíveis de integrar Infração Disciplinar.

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 229.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), esta Câmara Municipal delibera ordenar a instauração de processo de inquérito que tem por objeto a identificação de eventuais factos disciplinarmente puníveis, ocorridos no âmbito do processo de licenciamento municipal n.º 254/10 (n.º 2 do mesmo art.º 229.º).

Mais delibera designar inquiridora a Dr.ª Fernanda Oliveira, técnica superior com formação jurídica, de acordo com os artigos 208.º, n.º 1 e 195.º, n.º 3, ambos da citada Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, caso não seja legalmente possível o recurso a inquiridor externo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL –
EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VÁRIOS AUTOS DE OCORRÊNCIA
DA GNR PARA CONHECIMENTO.**

Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou como está o procedimento para a medição do ruído.

O **Sr. Presidente** disse que está em andamento, já foram pedidas propostas, mas parece-lhe que ainda não houve adjudicação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que não é nem nunca foi advogada do Sr. Manuel Nascimento, nem tão pouco é sua amiga. Leu os relatórios e os comentários do hostel e parece-lhe uma guerrilha pessoal em que a Câmara não deve “embarcar”.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também lhe parece, tal como foi mencionado pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, que deve haver aqui, nesta situação, algumas inimizades pessoais.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** relatou a experiência pessoal que viveu quando este verão visitou estes bares, numa noite de sábado, e constatou a atuação da GNR no sentido de fazer cumprir o horário de fecho das esplanadas.

E solicitou o seguinte:

- Resposta à seguinte questão: como é que hoje é possível termos as esplanadas abertas depois da hora de silêncio (23:00 h) e cumprirmos a lei nacional do ruído?

- Pediu ao Sr. Presidente para que, urgentemente, peça aos serviços jurídicos para verem em que moldes poderemos ter uma norma local, que equilibre os interesses das duas partes (moradores e comerciantes) e proteja também os interesses do concelho, porque se

aplicarmos a lei nacional (caso ela seja imperativa), não poderemos ter quase nada a funcionar.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

614 -O novo Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, aprovado quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal, iniciou a sua vigência no dia 27 de julho de 2016.

Existe um histórico de reclamações de excesso de ruído incomodativo causado pelo funcionamento do estabelecimento de bebidas com espaço de dança, denominado “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, em S. Pedro de Moel, o qual é já do conhecimento desta Câmara Municipal.

Em 07-09-2016 e 16-09-2016, foram recebidos diversos autos de ocorrência elaborados pela GNR de S. Pedro de Moel, motivados por novas reclamações de excesso de ruído do mesmo estabelecimento, aqui anexadas por fotocópias, a saber:

1. Auto de ocorrência n.º 95/16, relativo a factos ocorridos no dia 27-07-2016, pelas 01H00;
2. Auto de ocorrência n.º 76/16, relativo a factos ocorridos no dia 24-08-2016, pelas 00H30;
3. Auto de ocorrência n.º 118/16, relativo a factos ocorridos no dia 21-08-2016, pelas 00H40;
4. Auto de ocorrência n.º 65/16, relativo a factos ocorridos no dia 07-08-2016, pelas 00H32 e 01H35;
5. Auto de ocorrência n.º 132/16, relativo a factos ocorridos no dia 28-08-2016, pelas 00H30.
6. Auto de ocorrência n.º 95/16 (presumimos que esta numeração estará incorreta, por repetida com a do primeiro auto) relativo a factos ocorridos no dia 10-08-2016, pelas 00H10;

Foi ainda recebida uma nova reclamação apresentada pela sociedade PWL, Lda., exploradora do estabelecimento HomeMoel Hostel, com registo de entrada E/7527/2016, de 16-09-2016, na qual apresenta cópias de diversas referências negativas de clientes do mesmo, motivadas pelo excesso de ruído incomodativo sentido no Hostel, publicados em sítios públicos da Internet, da especialidade de alojamentos turísticos (ex. booking.com).

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador António Santos** pediu para se ausentar da reunião nesta altura, por motivos pessoais, tendo saído pelas 16:05 horas.

23 - AGRAVAMENTO DAS TAXAS DE IMI.

615 - Presente mapa que enumera as práticas adotadas por diversos municípios em matéria de aplicação do artigo 112.º, n.ºs 3 e 8, do Código do IMI.

A Câmara Municipal delibera que sejam iniciados os procedimentos necessários com vista à implementação do disposto no artigo 112.º, n.º 3 e 8, do Código do IMI.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que analisou a planta e verificou que só fica uma porta de acesso para os 2/3 da área não cedida, e que todas as portas são para a cedência ao IRN, o que na prática é ceder toda a utilização da área nobre daquele piso.

Pediu ao Sr. Presidente que suporte a decisão do arrendamento com dois estudos: um estudo que confirme que esta decisão é perfeitamente legal, e um estudo económico que demonstre a capacidade de utilização comercial do espaço sobranter, porque se se confirmarem as suas dúvidas, este é um mau negócio para o Município.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não conhece o processo do chamado mercado do ATRIUM, não quer discutir o passado e entende que se deve fazer todos os possíveis para dar uma utilização ao espaço, e que este arrendamento vem, e bem, resolver uma situação gravíssima de acesso aos serviços de Conservatória e Notariado.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que comungava das palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira, pois constata que temos um edifício que foi muito caro e que não tem utilização. Se o executivo permanente entendeu utilizá-lo dando condições de acesso às Conservatórias e dando utilização a um espaço vazio, parece-lhe bem.

O **Sr. Presidente** lembrou que já houve esta discussão na altura da deliberação do arrendamento, e que agora se trata apenas de questões de pormenor. A decisão de arrendar ao IRN já está tomada pela maioria da Câmara. O edifício não ficará inviabilizado, e até servirá para atrair pessoas.

De seguida anunciou que ia pôr a votação a proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu ao Sr. Presidente que não ponha a votação sem atender às suas propostas. Disse que se não atender à sua pretensão de colocar à consideração de todos os membros a proposta de efetuar dois estudos, um de legalidade jurídica e outro de viabilidade comercial e económica, não votará.

O **Sr. Presidente** disse que ia avançar na mesma para a votação da proposta, mesmo sem o voto do Sr. Vereador Carlos Logrado, e que depois colocaria a votação as propostas do Sr. Vereador.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que essas propostas não podem ser votadas, uma vez que não constam da ordem do dia.

O **Sr. Presidente** disse que para alterar esta proposta de hoje teria que revogar a que foi tomada em janeiro.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** protestou, e disse que já hoje se tinham verificado duas situações em que foi só acrescentar as deliberações, e que o critério pode ser o mesmo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que o Sr. Presidente já decidiu, colocou a votação a proposta que estava agendada, e qualquer proposta que venha depois é ilegal.

Seguiu-se uma acesa troca de palavras entre todos, tendo-se chegado a acordo em que se aprove hoje a proposta agendada e na próxima reunião votar-se a proposta dos estudos, tendo o Sr. Presidente dito que deve ser o Sr. Vereador Carlos Logrado a fazê-la, e que ele a agendará.

Posto isto, o **Sr. Presidente** perguntou ao Sr. Vereador Carlos Logrado se estava em condições de votar a proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que sim e que iria votar contra.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

616 - Por deliberação camarária, de 21 de janeiro passado, foi aprovada a minuta de contrato de arrendamento a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP.

Na sua sequência foi a deliberação comunicada ao referido Instituto, que apresenta agora uma proposta de minuta com algumas alterações relativamente à inicialmente aprovada, designadamente nas cláusulas 4.ª, 5.ª, 7.ª e 8.ª, que devem ser aprovadas pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de contrato de arrendamento, que se dá por reproduzida e fica anexa (Anexo 1), a celebrar com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto contra porque tenho sérias dúvidas da legalidade desta deliberação e não vejo justificação social ou económica que garanta os interesses do Município reflectida na minuta do contrato.

Ao invés, estamos a ceder aproximadamente um terço do espaço disponível do rés-do-chão do edifício do mercado do ATRIUM, a que corresponde aproximadamente 4/5 do acesso ao mesmo, inviabilizando as restantes áreas sobranes do mesmo.

O valor proposto de renda não reflecte o real valor do espaço cedido.

No mesmo local bastava negociar com o IRN outro layout do piso do rés-do-chão, ou preferencialmente um espaço no 1.º andar, para não inviabilizar o restante espaço nem a função para que foi criado.

Existe um elevado risco futuro desta deliberação ser impugnada judicialmente e não quero ser corresponsável por este facto.

Sugeri pois que fosse alterada esta deliberação de forma a garantir a realização dos estudos que nos possam deixar confortáveis na tomada de decisão."

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

"Sinto-me confortável na tomada desta decisão uma vez que é tão só a alteração de cláusulas a uma proposta de minuta que vem de decisões anteriores tomadas já em deliberações de Câmara, sendo favorável a qualquer estudo que venha a ser feito para a utilização do espaço."

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente como já o havia feito anteriormente porque passados mais de uma década sobre a construção daquele edifício finalmente iremos dar utilidade para serviços públicos mal instalados e com limitações por todos reconhecidas ao seu acesso, e porque ao longo destes anos se constata que a utilidade para que o edifício foi construído não satisfaz as necessidades da população."

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Presidente.

25 - 20.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016

Antes de colocar a proposta a votação o **Sr. Presidente** explicou as verbas para o largo da república e para a reabilitação do campo sintético.

Os **Srs. Vereadores** solicitaram explicações adicionais sobre o sintético, que foram prestadas pela **Sr.ª Eng.ª Susana Silva, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.**

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

617 - Presente proposta da 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

19ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2016, no valor de 59.892,00 euros nos reforços e de 59.892,00 euros nas anulações;

15.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016 no valor de 44.792,00 euros nos reforços e de 44.792,00 euros nas anulações;

19.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2016 no valor de 15.100,00 euros nos reforços e de 15.100,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 20ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor, 1 abstenção do Sr. Vereador Vítor Pereira e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque em duas das rubricas: reabilitação do Largo da República e reabilitação do campo sintético, as obras ainda há pouco iniciadas já apresentam necessidade de obras a mais com significado relevante. No primeiro caso 8% de trabalhos a mais e no segundo 43%.

Se não pusermos mão e corrigirmos a génese do problema jamais corrigimos as falhas. Solicitei que me fosse enviada toda a documentação técnica para avaliar a justeza das alterações e poder propor medidas correctivas em situações futuras.”

26 - P.A. N.º 49/2016- AP/DISU - “ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 36 MESES. NÃO ADJUDICAÇÃO

Os **Srs. Vereadores** solicitaram explicações sobre o preço base do concurso e questionaram qual a solução a adotar, face a esta não adjudicação.

O Sr. Presidente pediu à **Sr.ª Eng.ª Susana Silva, Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos**, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Srs. Vereadores.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

Depois de prestados todos os esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

618 - Presente o processo de aquisição nº 49/2016 – AP/DISU, realizado de acordo com despacho n.º 306/PV/DFTI/2016, do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Sr.º Paulo Jorge Campos Vicente, datado de 2016/08/05, acompanhado de relatório final do Júri, no qual é proposta a não adjudicação da “*Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande*” para o período de 36 meses, atento o facto de a única proposta apresentada pelo concorrente AMBINATURA - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AMBIENTE, LDA, no valor de 558.000 euros, ter sido excluída nos termos da alínea o), do n.º 2, do artigo 146º e alínea d), do n.º 2, do artigo 70º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, por ter ultrapassado o preço base estabelecido no procedimento em 238.633,20 euros.

Depois de examinado o referido processo, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório final, datado de 27/09/2016, delibera, nos termos do artigo 79º, n.º 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, e de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, não adjudicar o P.A. N.º 49/2016 – AP/DISU – “*Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande*” para o período de 36 meses, pelo facto de a única proposta apresentada ter ultrapassado o preço base estabelecido no procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

619 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, é disposto que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita à autorização prévia da Assembleia Municipal, no que respeita às entidades da administração local.

Considerando a necessidade manifestada pela DISU para a realização de procedimento de concurso público para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2017, atenta a requisição interna n.º 20811/2016 e informação TF.14.2016 e preço base do procedimento de 1.334.006,18 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2016, foi prevista dotação nas ações 2016/A/5 e 2016/A/190 do Plano de Atividades Municipais, para a assunção desta despesa.

Considerando que nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, é preceituado que *“(...) Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (...)”*.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2015 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação e ou da execução de contratos administrativos de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 103º da Lei do Orçamento de Estado de 2016 em 350.000 euros.

Considerando que o procedimento de *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, pelo que a autorização genérica prévia concedida para a assunção de compromissos plurianuais tomada na Assembleia Municipal de 15 de dezembro não se aplica a este procedimento.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2017, até ao valor de 1.638.562,77 euros, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;
2. Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos;
3. Que nos termos do disposto n.º 2 do art.º 22º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho fixe o limite máximo do encargo em cada um dos anos económicos, conforme indicado no seguinte quadro:

ANO ECONÓMICO	VALOR MÁXIMO COM IVA
2017	1.483.604,22 €
2018	154.958,55 €
TOTAL	1.638.562,77 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - P.A. N.º 59/2016-AP/DCD - “SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2017”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Assunto retirado da ordem do dia para aperfeiçoamento da proposta.

29 - PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018

620 - De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a participação variável no IRS depende da tomada de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo Município, a qual tem que ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2017 e anos seguintes;

A Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter a presente proposta, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma, de fixação da percentagem de 5% na participação variável do Município da Marinha Grande no I.R.S. no que respeita aos rendimentos relativos ao ano de 2017 a liquidar em 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA A REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA GUILHERME STEPHENS

Assunto retirado da ordem do dia por falta de resposta do Ministério da Educação.

31 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quatro de outubro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.427.182,41 €** (treze milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e oitenta e dois euros e quarenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/10/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 26

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

621 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião